

Bresser chegou. Eufórico.

Para o ministro, a reunião FMI-Bird marcou o início de uma nova etapa na questão da dívida, mais favorável aos devedores.

O encontro anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, encerrado ontem, em Washington, marcou uma nova etapa na administração do endividamento do Terceiro Mundo. Depois da primeira fase, em 83/84, que foi de austeridade (recessão para nós), e da segunda, em 85, que recomendou o ajuste com crescimento, a inaugurada agora será a da redução da dívida — com juros fixos e **securitização** — ou seja, a troca de títulos por papéis que incorporem o deságio hoje praticado no mercado secundário.

Esta foi uma das boas notícias fornecidas, ontem em São Paulo, pelo ministro Bresser Pereira, em entrevista coletiva realizada poucas horas após o retorno ao Brasil. Eufórico e falando com o tom de quem venceu uma dura batalha, Bresser Pereira separou os problemas. No que se refere ao sistema financeiro internacional, especialmente aos governos dos países credores, a proposta brasileira (**spread** ou taxa de risco zero, juros fixos e **securitização**) teve uma boa receptividade. No que se relaciona aos credores privados, ainda haverá muita saliva para se gastar.

“É claro que os banqueiros vão rejeitar nossa proposta amanhã (hoje)”, afirmou o ministro, referindo-se ao encontro do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, com o comitê de credores privados, marcado para hoje em Nova York. “O acordo vai demorar bastante”, avisou Bresser. Os banqueiros não aceitarão o **spread** zero nem emprestarão US\$ 10 bilhões em dinheiro novo. Isso faz parte da negociação. Eles querem que o Brasil vá ao FMI não tanto pelo monitoramento, mas porque o acordo com o Fundo significaria o ingresso de dólares no País. Assim, os US\$ 10 bilhões seriam reduzidos. Mas, Bresser está defendendo a ida ao FMI após o acordo com os credores privados, mesmo porque, no seu entender, os dólares do Fundo destinam-se, institucionalmente, a reforçar as reservas de divisas dos países devedores.

“Quando fizermos o acordo com os banqueiros, levantaremos a moratória”, continuou Bresser.

Mas o Brasil fará até o próximo dia 26 um pagamento simbólico para evitar que a dívida seja lançada como crédito em liquidação nos balanços dos bancos? “Isso eu não respondo”, disse o ministro, dando como certo que não haverá desclassificação. “Vai começar a haver acordo, avançaremos em relação à Argentina e ao México, mas já sabemos que eles não aceitarão nossa proposta integralmente. Haverá concessões mútuas e faremos um bom acordo.”

Os banqueiros, segundo Bresser, estão confusos neste momento. “Há várias idéias em circulação. Alguns ainda estão irritados com a moratória. Outros são favoráveis à conversão. Há quem diga que se deve esperar a nova Constituição. Mas isto não faz sentido. Em síntese, eles estão sentindo o clima de mudança.”

Ministro, por que não faz sentido aguardar a nova Carta? “Porque já se sabe onde ela vai chegar. Não se ampliarão as restrições ao capital estrangeiro, assunto que mais interessa aos banqueiros. Na realidade, eles dizem qualquer coisa, qualquer argumento para retardar o acordo”, respondeu o ministro da Fazenda.

Tudo mudado

No campo institucional, a situação é bem melhor. “Quando cheguei a Nova York, o Moisés Rabinovici, do **Jornal da Tarde**, um excelente repórter, veio logo me dizer que tudo havia mudado por lá desde a minha última viagem.” E havia mudado mesmo, como constatou o ministro. Primeiro, a proposta brasileira de redução da dívida através da **securitização** foi incluída no cardápio de temas do comitê interino do FMI, que só iria discutir dinheiro novo, capitalização dos bancos e conversão da dívida em capital de risco. “Eles incluíram a idéia como se tivesse sido produzida pelo sistema deles”, disse Bresser.

Quarta-feira, na assembléia geral, foi narrando o ministro, destacaram meu discurso imediatamente antes do de James Baker III, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos. Uma colocação importante porque depois da fala de Baker, como é tradicional, a platéia começa a se retirar, apesar de haver mais três ou quatro oradores oficiais inscritos. Mais ainda, Bresser contou que na jornada de quarta-feira “não saíam de volta de mim”. Outra manifestação da mudança foi o discurso do próprio Baker. Ele defendeu maior flexibilização do FMI, o monitoramento sobre a economia dos endividados de três para seis meses e a desvinculação entre o Fundo e os bancos privados.

Para o ministro da Fazenda, as causas da mudança podem ser encontradas na realidade do mercado. “Eu posso ter ajudado muito. Vi que no mercado secundário havia desconto. Isso tem um ano. Em consequência, as ações dos bancos estavam se desvalorizando. O governo americano dizia que a situação não era grave e orientava os bancos a não fazerem reservas. De repente, há quatro meses, o Citibank fez reservas. Foi muito importante para mim. Para o papel que eu tive, que o Brasil teve. Mas ninguém inventou a roda.”

O detonar da nova etapa também contou, segundo Bresser, com o apoio que ele foi buscar, em conversas reservadas, junto aos ministros da Economia da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália e dos Estados Unidos. De volta ao Brasil, já dentro do avião que o deixaria no Rio de Janeiro, Bresser voltou a saborear a vitória numa frase que lhe dirigiu o chanceler uruguaio. Henrique Iglesias, outro passageiro. “Vocês deram um passo decisivo na história da América Latina.”

Vicente Dianezi Filho



Foto Luiz Luppi/Diário Popular

Bresser ontem: “É claro que os bancos vão rejeitar nossa proposta”.